

“A máxima discrição e o maior cuidado”: a pauta política no jornal *O Estado* (1971-1975)¹

*“The maximum discretion and the greatest care”:
the political agenda in the newspaper *O Estado* (1971-1975)*

*“La máxima discreción y el mayor cuidado”:
la agenda política en el periódico *O Estado* (1971-1975)*

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Universidade Federal do Piauí
claudiafontineles@ufpi.edu.br

Carlos Alberto de Melo Silva Mota
Universidade Federal do Piauí
carlosalbertomota12@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa discutir como a estrutura política no Brasil esteve diretamente relacionada à atuação da imprensa - ponto que une dois vértices do sistema autoritário estruturado pelos militares: censura e propaganda política. Nesse trabalho, analisaremos o jornal *O Estado* durante os anos de 1971 a 1975, período em que o Piauí foi governado por Alberto Silva. Abordaremos aspectos que transitam entre a coerção e a persuasão, problematizando os meios empregados pelo Estado brasileiro na busca de aceitabilidade junto ao corpo civil para manutenção do poder. O estudo constitui-se de uma pesquisa de caráter empírico a partir de documentos oficiais e de matérias jornalísticas do período, que são analisados a partir da interlocução com os estudos de Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) e Cláudia Fontineles (2015).

Palavras-chave: História. Política. Imprensa. Piauí.

Abstract

This article aims to discuss how the political structure in Brazil was directly related to the performance of the press - a point that unites two corners of the authoritarian system structured by the military: censorship and political propaganda. In this work, the newspaper *O Estado* will be analyzed during the years 1971 to 1975, a period in which Piauí was governed by Alberto Silva. Aspects that transit between coercion and persuasion will be addressed, questioning the means employed by the Brazilian State in the search for acceptability with the civil body to maintain power. The study consists of an empirical research based on official documents and journalistic articles of the period, which are analyzed from the interlocution

¹ Texto derivado da pesquisa intitulada “Política e Imprensa: discursos e Práticas (década de 1970)”, coordenado pela Professora Doutora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, desenvolvido na Universidade Federal do Piauí.

with the studies of Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) and Cláudia Fontineles (2015).

Key words: History. Policy. Press. Piauí.

Resumen

El presente artículo pretende discutir cómo la estructura política en Brasil estaba directamente relacionada con la actuación de la prensa, punto que une dos vértices del sistema autoritario estructurado por los militares: la censura y la propaganda política. En este trabajo, analizaremos el periódico *O Estado* durante los años 1971 a 1975, periodo en el que Piauí fue gobernado por Alberto Silva. Abordaremos aspectos que se mueven entre la coerción y la persuasión, problematizando los medios empleados por el Estado brasileño en la búsqueda de aceptabilidad con el cuerpo civil para el mantenimiento del poder. El estudio es una investigación empírica basada en documentos oficiales y artículos periodísticos de la época, que se analizan desde la interlocución con los estudios de Robert Darnton (2016), Anne-Marie Smith (2000), Beatriz Kushnir (2012), Carlos Fico (2008) y Cláudia Fontineles (2015).

Palabras clave: Historia. La política. La prensa. Piauí.

1 INTRODUÇÃO

*Me lembro de ter que explicar como é que essas coisas funcionam,
Evito de ter que pensar que as melhores frases se foram*
O Redator – Zimbra (COSTA, 2016).

A máxima discrição e o maior cuidado eram as diretrizes que regiam o trabalho dos jornalistas no período pós-1964 (KUSHNIR, 2012, p. 49.). O regime instalado após o *golpe civil-militar* que derrubou João Goulart não se assumia como um governo ditatorial, todavia, ficou marcado pela construção de um aparato político que limitava as ações oposicionistas, buscava silenciar as vozes dissonantes e exaltava as ações do Estado. Nesse contexto, a imprensa passava a ocupar uma posição estratégica, aglutinando diversas forças, entre a repressão e a pretensão de legitimidade. A profissão de jornalista, no limiar desse período, era compreendida como problemática, exigindo ao mesmo tempo cautela e bom senso.

Ao analisarmos de forma mais detalhada o aparato político organizado pelo Estado brasileiro no transcurso do regime militar podemos observar, em seu interior, uma estrutura repressiva comum a outras ditaduras da América Latina que historiadores classificam como *terrorismo de estado*. Autores como Enrique Padrós percebem em países como Argentina,

Brasil, Chile e Uruguai um enviesamento ideológico voltado para a reafirmação da pátria (nação) como unidade, destacando a função disciplinadora que está implícita na sua aceitação. Trata-se de formar novas gerações inculcando-lhes valores como fidelidade, docilidade, obediência e disciplina (PADRÓS, 2008, p. 153).

Para a execução desse projeto, recorreremos aos estudos de Enrique Padrós, para quem o Estado reveste-se como um macroinstrumento repressivo, fazendo uso da violência em variados graus, nos países do Cone Sul, carregando como marca comum a supressão de instituições democráticas. No caso específico do Brasil, Carlos Fico traça uma análise de como se constituiu esse aparato repressor, ao qual os militares consideravam uma “comunidade” ou “sistema” de segurança. A “comunidade” amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações (FICO, 2007, p. 175). Carlos Fico ressalta que o sistema repressivo brasileiro não se iniciou em 1964, tampouco era exclusivo dos governos militares.

Nessa perspectiva, podemos compreender esse sistema político, de persuasão e coerção, como a base de sustentação na qual se firmava o projeto autoritário de governo conduzido pelos militares no Brasil do pós-1964. A busca de fundamentação do governo em discursos populares torna plausível a citação de Hannah Arendt de que “todos os governos se apoiam na opinião”. A filósofa afirma ser o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e esse apoio consistiria na continuação do consentimento que deu origem às normas legais. Por sua leitura, o uso da violência não garantiria poder a um governo, visto que um ato violento poderia até ser capaz de suscitar obediência, da mesma forma que um criminoso pode arrebatar a carteira ou assaltar um banco com o uso de um revólver; entretanto a força da opinião pública, isto é, o poder real do governo, depende do número de seus apoiadores. Por conseguinte, “a forma mais violenta de governo seria a menos poderosa”. Em sua perspectiva a mais gritante distinção entre poder e violência seria: o primeiro se baseia em números; o segundo baseia-se em instrumentos (ARENDR, 1985, p. 26).

Nesse âmbito, observamos no regime militar um ponto de interlocução entre esses dois elementos. Buscavam-se diretrizes de poder legítimo nos discursos públicos e ao mesmo tempo instrumentalizar o Estado com aparelhos de violência.

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece. Na linguagem comum, quando falamos de um “homem poderoso” ou de uma “personalidade poderosa”, estamos já usando a palavra “poder” metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem metáforas é o “vigor” (ARENDDT, 1985, p. 28).

Essa conceituação de poder, com base em Hannah Arendt, reforça o papel da imprensa que funciona como organismo para economia de discursos que funda as bases para legitimação do governo.

Governo algum, exclusivamente baseado nos instrumentos da violência, existiu jamais. Mesmo o governante totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e a sua rede de informantes. Somente o desenvolvimento de soldados-robôs, os quais, como se mencionou anteriormente, eliminariam o fator humano completamente e, provavelmente, permitiriam a um homem apertar um botão e destruir quem bem entendesse, poderia transformar essa ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica de que temos conhecimento, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não repousava em instrumentos de coerção superiores como tais, mas em uma organização do poder mais aperfeiçoada isto é, na ‘solidariedade organizada dos senhores’ (ARENDDT, 1985, p. 31).

Em síntese, podemos observar que o poder constitui-se como a essência de qualquer governo, não sendo necessário o uso da violência. A violência, por sua vez, é instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e justificativas pelo fim que busca. “O poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos. Onde quer que se combinem, o poder é, conforme verificamos, o fator fundamental e predominante” (ARENDDT, 1985, p. 33).

Walter Benjamin, em um ensaio intitulado *Para crítica da violência*, estabelece uma análise acerca da polícia e do direito, que nos permite traçar um paralelo com as políticas que apresentamos até aqui: o autor considera que o “direito” da polícia assinala o ponto em que o Estado, seja por impotência, seja devido às concessões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Por isso, a polícia intervém “por razões de segurança” em um número

incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara. Benjamin prossegue a análise, e frisa o “aspecto controlador da polícia, que acompanha o cidadão com uma presença que o molesta brutalmente ao longo de uma vida regulamentada por decretos, ou pura e simplesmente o vigia” (BENJAMIN, 2013, p. 136). Nessa leitura, podemos perceber essa extensão do Estado como um instrumento de controle para preencher lacunas que ele não foi capaz de internalizar no imaginário dos cidadãos, mesma leitura que se aplica à estruturação aplicada pelos militares, onde são empregadas estratégias para aceitabilidade aos seus mandos. Com base nisso, centralizaremos nossa análise num ponto de interseção que une dois vértices dessa estrutura política: a censura e a propaganda política, com ênfase na imprensa. Sobre isso, é fundamental entender que:

Houve, de fato, uma diretriz estatal de intimidação coletiva que se disseminou através dos canais condutores da “violência irradiada” e da nova normatização da rotina dos cidadãos, a partir do esforço de refundação institucional e de imposição de princípios, que deviam pautar as relações entre os cidadãos e destes com o Estado e a nação. Tudo isso acompanhado por intensa atividade propagandística, o que contribuiu na tentativa de modificar o sistema de ideias e valores vigentes. Acrescente-se a isso a existência de uma ferrenha censura, impedindo o acesso à informação e à sua interpretação crítica, juntamente com o colaboracionismo de importantes meios de comunicação, reforçando as atitudes e justificativas da ditadura, cooptando simpatias para ela ou, então, reforçando um quadro de alienação sobre o entorno imediato.

Como consequência disso, as ditaduras obtiveram bastante sucesso. As sensações de medo e de paralisia atingiram, parcialmente, a população, o que facilitou a manutenção do *status quo*. A introjeção do silêncio induzido foi um dos comportamentos coletivos estimulados e desejados; resíduo direto da censura e da autocensura, tal situação acabou sendo uma forma indireta de colaboração com a repressão estatal (PADROS, 2008, p. 176).

A partir da leitura de Antonio Gramsci compreendemos esses jornalistas colaboracionistas como “funcionários” intelectuais dentro do plano de organização da cultura traçado pelo governo; Gramsci aponta que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem (GRAMSCI, 1982, p. 10). Nessa conjuntura entendemos que, ao colaborar com o governo, esses jornalistas convergem com uma estrutura.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo

dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p.11).

Essa elucidação nos permite entender aspectos importantes das relações estabelecidas entre o governo e jornalistas em várias circunstâncias, apontando o contexto social como um dos fatores primordiais, isto é, a atuação dos periódicos não deve ser descontextualizada como um elemento isolado do social ou do político. O historiador Jean-Jeanneney argumenta que alguém pode alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, contudo, nos convoca a observar a vida cotidiana desses locais: o patrão e sua equipe, o contrapoder dos sindicatos, a influência dos técnicos, o ritmo da ação e seus limites, o peso dos ritos e da memória coletiva das diversas famílias, o calendário da eficácia e do fracasso. Após afirmar isso, faz um lembrete: “o jogo de espelhos pode funcionar até quase o infinito. Sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política de um país” (JEANNENEY, 2003, p. 225).

A historiadora Anne-Marie Smith aponta que, nesse contexto, o consentimento da imprensa aos atos censórios era virtualmente total, a vasta maioria sujeitou-se às rotinas anônimas, banais, burocráticas, havia continuamente o consentimento cotidiano e as modalidades diárias de inércia (SMITH, 2000, p. 11). Nesse âmbito, ao adentrarmos na análise do periódico em questão, podemos observar jornalistas embutidos numa ordem política que orientava seus escritos.

Ao aprofundarmos nossa análise acerca da imprensa podemos constatar que sua atuação era atravessada e limitada por medidas institucionais, como decretos-lei, assinados antes e após o golpe de 1964. A historiadora Beatriz Kushnir classifica essas ordens oficiais como um “tripé de números” nos quais a censura se apoiava.

2 UMA FUNDAÇÃO RASA: A BASE INSTITUCIONAL DA CENSURA

Ao acompanhar o raciocínio de Beatriz Kushnir, e observar a legislação, é possível observar ainda no ano de 1946 a aprovação de um Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. O presidente Eurico Gaspar Dutra, no uso de suas atribuições conferia o Decreto nº 20.493, de 13 capítulos e 136 artigos, que legislava acerca da censura prévia, do cinema, do teatro e diversões públicas, da radiofonia, dentre outras diretrizes que foram retomadas pelos militares no pós-64 para legitimar a ação censória.

A censura prévia constituiu-se como um dos anseios militares:

Art. 4º Ao Serviço de Censura de Diversões Públicas compete censurar previamente e autorizar:

I - as projeções cinematográficas;

II - as representações de peças teatrais;

III - as representações de variedade de qualquer espécie;

IV - as execuções de pantomimas e bailados;

V - as execuções de peças declamatórias;

VI - as execuções de discos cantados e falados, em qualquer casa de diversão pública, ou em local frequentado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento;

VII - as exposições de espécimes teratológicos;

VIII - as apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e *standart* es carnavalescos;

XIX - as propagandas e anúncios de qualquer natureza quando feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca, ou, ainda, quando realizados por propagandistas em trajes característicos ou fora do comum;

X - a publicação de anúncios na imprensa ou em programas e a exibição de cartazes e fotografias, quando se referirem tais anúncios, cartazes e fotografias aos assuntos consignados nos números anteriores deste artigo;

XI - as peças teatrais, novelas e congêneres emitidas por meio de rádio;

XII - as exposições de televisão; (BRASIL, 1946, p.1456).

Beatriz Kushnir classifica o decreto como “enorme e tentacular, era capaz de dar conta de cada diferente veto, difícil é lidar com o fato de que, feito em um período de redemocratização, justificou proibições ditatoriais” (KUSHNIR, 2012, p. 101). De certo, essas diretrizes foram utilizadas pelos militares no controle das produções artístico-culturais na primeira fase do regime militar, todavia os quadros não se acomodaram com esse decreto preposto e passaram a modificar as regras do jogo conforme sua necessidade, como na edição

da lei nº 5.535/68, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, ao criar o Conselho Superior de Censura.

Ampliam-se os tentáculos da diretriz anterior. O presidente Artur Costa e Silva faz saber que o Congresso Nacional decreta e sanciona uma nova lei, em que a censura de peças teatrais passava a receber classificação a partir da idade do público admissível ao espetáculo, o gênero deste e a linguagem do texto. A lei, em seu segundo artigo especifica as restrições a obras que pudessem:

- I - atentar contra a segurança nacional e o regime representativo e democrático;
- II - ofender à coletividades ou às religiões ou incentivar preconceitos de raça ou luta de classes; e
- III - prejudicar a cordialidade das relações com outros povos. (BRASIL, 1968).

A análise desses documentos permite compreender a atuação de jornalistas e censores vinculados a uma estrutura burocrática, permitindo compreender os censores como funcionários públicos amparados legalmente. Essa averiguação nos permite fugir de análises excessivamente simplificadas, comuns aos estudos de censura em variados períodos. Robert Darnton nos adverte sobre dois tipos de análises corriqueiras: “de um lado, a história da luta entre a liberdade de expressão e as tentativas das autoridades políticas e religiosas para reprimi-la; de outro, o relato sobre as coerções de todo tipo que inibem a comunicação” (DARNTON, 2016, p. 13). Conforme o autor, essas leituras carregam um teor maniqueísta, pondo em contraposição os filhos das luzes e os filhos das trevas, tendo simpatia de todos os defensores da democracia que julgam que certas verdades são óbvias e dispensam explicações. Contudo, para Darnton, os sistemas de censura mostram que a intervenção do Estado no reino literário extrapola os riscos a lápis feitos nos textos, haja vista que, quando faladas ou escritas, as palavras exercem poder, atos de fala, tais como entendidos pelos filósofos linguísticos, têm a intenção de produzir efeitos em seu ambiente; e, quando assumem a forma escrita, não há motivos para associá-los exclusivamente à literatura.

O decreto 1.077/70, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, em 26 de janeiro de 1970, compõe o tripé institucional. A portaria legislava sobre as comunicações, julgando “intoleráveis publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes”; visando “a proteção da instituição da família, preservando-lhe os valores éticos e assegurando a formação sadia e digna da mocidade”. Nesse sentido, considerava-se de suma importância o

controle dos meios de comunicação para que estes não fossem utilizados como instrumentos para um “plano subversivo que colocava em risco a segurança nacional” (BRASIL, 1970).
Decretava-se, portanto:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juízes de Direito, para adoção das medidas previstas nos artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967.

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1970).

A assinatura do Decreto-lei nº 1.077/70, na perspectiva de Beatriz Kushnir, legalizava censura prévia e “compunha uma estratégia maior, que visava, nos três primeiros anos do governo Médici, calar notícias e informações e centralizar as atividades censória no intuito de forjar uma imagem do governo e de ganhar adesões” (KUSHNIR, 2012, p. 124).

Embora essa estratégia ganhe contornos mais marcantes com o advento do governo Médici, podemos notar sua emergência desde a instalação do Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968, onde, entre outras medidas, o Presidente da República poderia decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender

os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (BRASIL, 1968).

3 O LADO EXTERIOR DE UMA FORTIFICAÇÃO: A FACHADA DO REGIME

Conforme pontuado anteriormente, o governo jamais se assumiu como uma ditadura. Dessa forma, buscava junto ao comando repressivo conciliar o uso de outros mecanismos para a aceitação pacífica da ordem estabelecida. Marcelo Ridenti identifica que a partir de 1969, ficou clara a busca de legitimidade na retomada a todo vapor do desenvolvimento econômico, difundia-se a ideia de só foi possível retomar o progresso nacional devido à manutenção da ordem pública pelos governos militares (RIDENTI, 2014, p. 7). Essa estratégia política tomou traços mais espessos com o advento do governo de Emílio Garrastazu Médici, que em junho de 1970 cria o Programa de Integração Nacional, por meio do decreto-lei nº 1.106, considerando a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O decreto confere ao programa uma dotação de recursos no valor de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros)², a serem constituídos nos exercícios financeiros de 1971 a 1974 (BRASIL, 1970).

A execução dessa política econômica em associação a uma imprensa burocratizada, por regimentos estatais, imbrica em pautas jornalísticas intimamente ligadas ao plano de governo. Parte dos jornalistas e donos de jornal optaram por estar do lado do poder, tornaram-se tanto agentes como “vítimas” de uma autocensura. Nesse sentido, as páginas dos periódicos são compreendidas como espaços políticos, onde o discurso é carregado de simbolismos, qualquer palavra é um gesto e deve ser compreendida como um ato de poder. Os jornalistas que se adequam às regras desse jogo atuaram como “cães de guarda”, uma vez que: (são compreendidos da seguinte forma:)

Fizeram assim, dessa ditadura um acordo civil-militar. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca da publicação da verdade. Por isso esses *jornalistas colaboracionistas* são aqui vistos como *cães de guarda*. À soleira, montaram a guarda e fizeram a autocensura no governo

² Esse valor equivaleria a R\$ 727.272,00 na cotação atual. O salário mínimo no período era Cr\$ 225,60.

Médici, e mesmo antes dele, colaborando para contribuir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. E seguiram o fluxo quando o tabuleiro do poder mudou a disposição das peças (KUSHNIR, 2012, p. 52 - grifos da autora).

Anne-Marie Smith, num estudo minucioso sobre a imprensa durante o Regime Militar, observa esse consentimento ou sujeição ao domínio como um *continuum*, desde o endosso à repressão e aparente acatamento até a obediência às regras para proveito próprio, no que a autora conceitua como “modalidades diárias de inércia” (SMITH, 2000, p. 10). Essas compõem um padrão de aceitação cotidiana da repressão, de cumprimento das normas e de comportamento esperado, isto é, a máxima discrição e o maior cuidado, justificada em grande medida por dois aspectos: o apoio ao regime, que levaria a imprensa a apoiar seu próprio silenciamento; e o medo do poder coercitivo do estado, que paralisaria a imprensa e impediria qualquer possibilidade de resistência.

Nesse sentido, o estudo da imprensa mostra-se como uma possibilidade de análise problemática, tendo em vista que por vezes sua voz foi silenciada, muito embora em determinados momentos ela própria tenha contribuído para as condições que levaram ao seu amordaçamento (LUCA, 2008, p. 129). Conscientes disso, nos debruçamos numa história dos/por meio dos periódicos, isto é, os empregando ao mesmo tempo como fonte e objeto de estudo. Buscamos analisar o ponto de contato entre jornais que circulavam em Teresina (PI) e o Regime Militar, sobretudo no que diz respeito aos discursos políticos veiculados durante os anos de 1971 a 1975, quando se deu o Plano de Integração Nacional e o governo de Alberto Tavares Silva.

Conforme citado anteriormente, o Programa de Integração Nacional foi criado por meio do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, com a finalidade de financiar obras de infraestrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE (na qual o Piauí estava contemplado), visando promover a sua mais rápida integração à economia nacional. Dentre os projetos delimitados estava a construção imediata das rodovias Transamazônica e a Cuiabá/Santarém, assim como a primeira fase do plano de irrigação do Nordeste, com recursos constituídos através de orçamentários provenientes de incentivos fiscais, contribuições e doações de empresas públicas e privadas, empréstimos de instituições financeiras e internacionais, e recursos de outras fontes. Um projeto amplo, a ser posto em

prática de 1971 a 1974, que requeria nomes alinhados às diretrizes do governo tanto no plano federal como nos planos locais.

Dentro desse contexto, o engenheiro Alberto Tavares Silva é designado para o cargo de governador do Piauí, com o discurso de *modernizar* a política local, assumindo-se como alternativa às oligarquias que governavam o estado até então. Acontece que nascido em Parnaíba, no litoral piauiense, da qual foi prefeito em duas ocasiões (1948/1950 e 1955/1958), Alberto havia constituído carreira fora do estado.³

Alberto ensaiava-se como moderno numa definição que se aproxima da noção esmiuçada por Bruno Latour, que ressaltava que de forma generalizada ao empregar-se tal adjetivo assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Observemos, portanto, que esse termo tem um potencial discursivo, geralmente empregado em meio a um embate, onde há ganhadores e perdedores, os antigos e os modernos. Contudo, Latour problematiza o emprego do termo:

“Moderno”, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos. Se hoje há tantos contemporâneos que hesitam em empregar este adjetivo, se o qualificarmos através de preposições, é porque nos sentimos menos seguros ao manter essa dupla assimetria: não podemos assinalar a flecha irreversível do tempo nem atribuir um prêmio aos vencedores. Nas inúmeras discussões entre os antigos e os modernos, ambos têm hoje igual número de vitórias, e nada nos permite dizer se as revoluções dão cabo dos antigos regimes ou os aperfeiçoam (LATOURE, 1994, p. 15).

De certo, ao assumir o governo estadual do Piauí, Alberto e seus partidários empregavam um discurso de modernização face à política local, todavia as articulações políticas que o levaram ao posto carregam traços marcantes de uma política tradicional de alianças. Descendente de família de prestígio político no estado, seu avô paterno, Claro

³ A historiadora Cláudia Fontineles afirma que a trajetória profissional de Alberto Silva como engenheiro lhe possibilitou uma rede de aliados, sobretudo no Ceará, que lhe apoiou em sua trajetória política, derivando disso sua indicação à chefia do Executivo Estadual no Piauí. “Ele recebeu apoio e indicação direta dos coronéis Virgílio Távora, César Carlos de Oliveira e Mario Ramos Soares, homens de poder e prestígio junto ao Comando do Exército Nacional, que ocuparam diferentes cargos durante o Regime Militar e que deram aval ao seu nome para assumir o governo piauiense. A força deles era tamanha que, segundo o ex-governador Djalma Veloso – primo e aliado político de Petrônio Portella – este teve que aceitar a indicação de seu adversário político ao governo que pretendia assumir porque na época ‘imperava a força dos coronéis’, contra a qual Portella não podia se opor, restando-lhe apenas a resignação para aceitar a decisão do governo central” (FONTINELES, 2015, p. 80).

Ferreira de Carvalho Silva, foi conselheiro de província e depois do estado, pioneiro no desenvolvimento da região do delta do Parnaíba, no norte do Piauí.⁴ Alberto Silva também estava imbricado com a elite política cearense, sobretudo com a figura de Virgílio de Moraes Fernandes Távora, sujeito este que ocupou variados cargos de poder (antes e após a instalação do Regime Militar).

Ainda em 1962, Távora elegeu-se governador do Ceará na legenda da coligação entre a União Democrática Nacional - UDN, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN); embora partidário de algumas medidas empreendidas por João Goulart, Virgílio apoiou o movimento que levaria ao golpe de 1964. Em 1966, foi eleito deputado federal pelo Ceará, pela legenda da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). No pleito de 1970, elegeu-se senador pelo mesmo estado e partido político, obtendo a maior votação do Nordeste. Já sob o governo de Emílio Garrastazu Médici, tornou-se vice-líder da Arena e encarregado da defesa da política econômica do governo no Senado. Momento em que indica Alberto Tavares Silva para o poder executivo do Piauí.

As aproximações entre Alberto Tavares Silva e Virgílio Fernandes Távora extrapolaram o ambiente político e alcançaram o âmbito familiar, com o casamento Juliana Tavares Silva (filha de Alberto e de Florisa de Melo) e Carlos Virgílio Távora (filho do político cearense e de Luísa Correa). Ao exemplo do pai, Carlos seguiu carreira política, ocupando por três mandatos o cargo de deputado federal pelo Ceará. Os fios que compõem a teia dessa relação de poder denotam uma estrutura política demasiadamente tradicional, em contraposição ao discurso *modernizador* adotado por Alberto Silva e seus apoiadores, que encontrou em órgãos da imprensa um meio de reprodução e apoio.

4 NARRATIVAS “INTELECTOCRATAS” NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO*

Nesse artigo nos ateremos a analisar o jornal *O Estado*, fundado em março de 1969 por Venelouis Xavier Pereira e dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e posteriormente por Teresinha Belchior Cavalcanti. A edição ficava a cargo de Feitosa Costa, recebendo colaboração de nomes como Francisco Viana, Pedro Alcântara, Elvira Raulino, Climério Lima, Iracema Santos Rocha e Josias Clarence Carneiro da Silva (BASTOS, 1994, p. 304). O

⁴ ALBERTO TAVARES E SILVA. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-tavares-e-silva>> Acesso em: 05/12/2019 às 12h:30min.

jornal era uma extensão do *Estado-CE*, fundado em 1936 por um grupo de políticos do Partido Social Democrata - PSD, tendo em sua primeira fase o deputado federal José Martins Rodrigues à sua frente, o jornal possuía caráter substancialmente partidário, alinhado ao viés político do PSD. Em 1963, o periódico seria adquirido por Venelouis Xavier Pereira, delegado civil, advogado e jornalista que prometia dar uma nova dinâmica ao jornal, “focado na publicação de notícias, análises, comentários e opiniões que primam pelo pluralismo e pelo apartidarismo, priorizando o interesse do leitor” (SANTOS, 2016, p.16). Na edição de aniversário de setembro de 1995, no Ceará, Venelouis fez um balanço de sua trajetória no comando do periódico:

Contando com o apoio de verdadeiros amigos comprei um parque gráfico novo, fundei o jornal *O Estado*, no Piauí. Mudei o sistema de impressão para *offset* e, no ano de 1976, fiz nascer *O Estado*, do Cariri. Hoje completamos 30 anos de luta, de percalços, de sofrimentos, quando tivemos nossa redação invadida por um grupo de celerados, que me sequestraram. Mas a covardia não me intimidou, não reduziu meu idealismo. Para os meus amigos, a razão e o mais profundo respeito. Aos inimigos, e eles existem, dedicarei a justiça dos meus artigos e editoriais. O ódio jamais medrou *O Estado*. Os que odeiam se consomem e se destroem por si mesmos, já nascem vencidos, porque o homem leal, ao viver, constrói sem destruir, vence sem vender a alma, sem alienar opiniões, sem sucumbir aos poderosos e sempre respeitando a dignidade e os direitos da pessoa humana (SANTOS, 2016, p. 391).

O trecho citado está presente no livro *Intimorata: a saga do Jornal O Estado, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira*, produzido por Luís Sérgio Santos. O escrito conta com mais de 700 páginas e relata a trajetória do jornal desde sua fundação até a aquisição por Venelouis Pereira, contando com uma série de relatos de variados colaboradores, diretores e editores do jornal. Uma das colaboradoras citadas é Marluce Férrer, que afirma ter ajudado Venelouis a superar uma crise financeira pela qual passou o jornal, para tanto atuou na área comercial, vendendo projetos especiais e publiceditoriais.

Os anos se passaram, ganhei muita experiência e chegou o momento decisivo em que eu iria fazer os contatos com os governantes, tanto no âmbito estadual como no municipal, para conseguirmos matérias pagas e “levantar” o que ele dizia ser nosso “jornal” — assumi o cargo de publicitária e Diretora Comercial do jornal. E levantamos! Quem trabalhava comigo durante o ano de 1975, até eu sair do jornal, foi minha irmã Marilde Férrer. A participação dela em nossos contatos de governo foi fundamental. Viajei várias vezes para algumas capitais do Nordeste como, por exemplo: Teresina, Recife e São Luiz, com grande sucesso. Sempre trazia autorização e material para publicarmos — tanto dos governos dos estados como dos prefeitos das capitais.

O dr. Alberto Silva, ex-governador do Piauí por dois mandatos, era muito nosso amigo e sempre publicava “Cadernos Especiais” no nosso *O Estado*, que sempre circulava nas Edições Especiais, em datas como 31 de março, aniversário do Jornal, Dia da Independência, Edição de Ano Novo etc. São as que mais lembro. Não conto as vezes em que nestas edições, nosso maquinário deixava a desejar e por conta disso, eu e ele, ajudávamos o pessoal da impressão em algumas coisas, inclusive até dobrar os exemplares, madrugada adentro (SANTOS, 2016, p. 338).

De fato, desde que assumiu, o governo Alberto Tavares Silva teve uma relação alinhada à mídia, não só da imprensa escrita, afirmando já em seu discurso de posse: “A imprensa, a televisão e rádio terão em meu governo todas as facilidades para que possa cumprir a sua alta missão de informar com rapidez e seriedade” (NOVO ..., 1971, p.2). Nesse ponto podemos ver um jogo político entre imprensa e Estado, que contempla uma especificidade da censura, a tentativa de cooptar os jornalistas à condição do que Beatriz Kushnir considera “*intelectocratas*”, isto é, intelectuais a serviço do Estado. O apoio ao desenvolvimento da classe jornalística desenvolve-se em mão-dupla, ao passo que o governador oferecia subsídios ao grupo, esperava que estes usassem seu poder de comunicação em favor do governo, fosse para ocultar a face autoritária do regime ou ao promover a figura do governador (como intermediário dos benefícios obtidos junto à esfera federal).

Intelectuais do Estado ou estatistas, experts – *intelectocratas* – existem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa. Assim, nesta separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais e orientais*, em Antonio Gramsci, na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocratas* expressa uma tradição de valores conservadores de sociedade autoritárias e repressoras baseadas, também, no poder do veto censório como forma de exprimir a sua força (KUSHNIR, 2012, p. 34).

Dessa forma, o conceito *intelectocratas* contempla ao mesmo tempo censores e jornalistas, colocando-os numa mesma categoria que rompe o padrão: onde o censor seria um tirano, um algoz ou um incompetente, despreparado intelectualmente para a função; enquanto o jornalista seria descrito como aquele que realizava pequenos ou grandes atos de desafio ao opressor (KUSHIR, 2012, p.39). Nem tudo se explica por essa leitura maniqueísta. Robert Darnton, em seu livro *Censores em ação*, pontua que em variados recortes temporais, autores e censores trabalhavam juntos numa área cinzenta, onde o lícito gradualmente lançava sombra sobre o ilícito. Eles compartilhavam os mesmos pressupostos – de forma nada surpreendente, pois em geral provinham do mesmo meio (DARNTON, 2016, p. 35).

Em janeiro de 1972, antes da conclusão do primeiro ano de mandato do governador Alberto Silva, publicava-se no jornal *O Estado* que as notícias do Piauí seriam veiculadas em todo o país, evidenciando a execução de projeto que colocava em harmonia as narrativas do estado e da nação, conforme desejado pelo plano de integração nacional.

As notícias do Piauí serão levadas a todo o País a partir dos próximos dias, enquanto os jornais e emissoras de rádio do Estado serão abastecidos com informações sobre tudo o que se passa no Brasil graças à instalação da Agência Nacional em Teresina. Já chegou a Teresina o jornalista João Uchôa, que dirigirá o órgão no Piauí. Provisoriamente, a Agência Nacional funcionará no palácio do Governo. (AGÊNCIA... 1972, p. 4).

O advento a Agência Nacional é celebrado pelo jornal *O Estado*, ressaltando a importância de seu funcionamento para a troca de informações entre o Piauí e o restante do Brasil; salienta-se ainda que a mesma se localizará no Palácio do Governo, aspecto relevante para nossa análise, tendo em vista a compreensão do direcionamento político empregado nesses textos informativos. Consideramos que a aproximação entre esse órgão e o comando governamental pode implicar em construções discursivas alinhadas ao ambiente que lhe cerca, conforme pontuamos anteriormente, a produção intelectual não é imediata, mas sim “mediatizada” por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas nas quais eles se inserem (GRAMSCI, 1982, p. 10).

As matérias jornalísticas que alinhavam narrativas entre o Piauí e o restante do Brasil não eram escassas no jornal *O Estado*, ainda na edição do dia 5 de janeiro de 1972 fora publicado um outro texto, onde se podia observar tanto o direcionamento do projeto político levado a cabo no período, assim como a importância dada a economia dos discursos para uma promoção desse projeto perante a sociedade. Publicava-se, portanto:

O jornalista Ervitonio Theodoro, correspondente de O ESTADO no Distrito Federal, virá a Teresina na próxima semana para fazer um documentário sobre o Piauí destinado a três emissoras de TV de Brasília. O documentário abordará a cidade de Picos como marco zero da rodovia Transamazônica e aspectos do desenvolvimento do Piauí. O filme a ser feito será exibido na TV Brasília, TV Nacional e TV Globo de Brasília (TVS... 1972, p. 6).

As publicações levadas a público nesse jornal estavam estritamente marcadas pela ideia de harmonia dentro de um projeto nacional do qual o Piauí fazia parte. Nesse sentido, predominavam discursos onde as rixas políticas eram minimizadas em nome de um bem maior, sugerindo uma ideia de relação fraterna entre as autoridades políticas do estado, conforme podemos observar nessa matéria acerca de Petrônio Portella.

Depois de fazer referência ao Secretário de Obras e ao diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e de sublinhar a sua preocupação para o progresso do Estado, onde é febril o trabalho, o Senador Petrônio Portella assim terminou o discurso: “E isso nós faremos, queiram ou não queiram os derrotistas. Nossa mensagem é de confiança nos destinos do Piauí. Com essas palavras de otimismo e de fé, eu quero, num abraço fervoroso dizer, a V. Exa. Sr. Governador Alberto Silva: conte conosco. Lá no Congresso Nacional existe um piauiense e, como piauiense, estarei a seu serviço, porque estarei a serviço do Estado. (PETRONIO... 1972, p. 3).

Observamos um discurso que busca aproximar elementos políticos nacionais e estaduais, todavia o periódico não esquecia de pontuar a harmonia interna, podíamos ver dentro se sua pauta palavras que vinculavam agentes políticos do estado e do município de Teresina, transpassando para o público um clima de perfeita sincronia e um andar compassado.

O governador Alberto Silva desmentiu ontem a existência de quaisquer problemas entre seu Governo e a Prefeitura de Teresina. Afirmou que o prefeito Joel Ribeiro é um administrador honesto e capaz que vem trabalhando lado a lado com o Governo.

Falando com exclusividade a O ESTADO, o governador Alberto Silva declarou que as informações sobre um iminente afastamento do major Ribeiro partem de “pessoas interessadas em desarrumar a casa”. (ALBERTO... 1972, p. 5).

Através da análise de matérias como essas podemos interpretar a postura do jornal *O Estado* como uma atuação colaboracionista ao governo de Alberto Silva e ao regime militar, utilizando seu espaço de comunicação como um instrumento para propagação de um discurso de estabilidade e coesão política que favorecia uma hegemonia social. Essa proposição acerca de uma suposta harmonia e coesão entre os políticos no período foi uma marca do Regime Militar (FONTINELES, 2015).

Nesse âmbito, a trajetória do jornal *O Estado* em muito se assemelha à do governador Alberto Silva, ambos tinham íntima relação com o Ceará, em tempos de reorganização das políticas públicas e adesão ao projeto de integração nacional.

Observamos nas suas páginas a proeminência de matérias elogiosas a esse projeto, onde o Piauí é apontado como um estado em transformação que agora se integra ao projeto político nacional, deixando para trás rastros de um passado onde prevalecia uma imagem de pessimismo.

Depois de informar que o Piauí é todo um canteiro de obras e há, ali, um clima de otimismo que leva a crer que dentro em pouco a imagem negativa do Estado desaparecerá. O deputado abordou o tema político para dizer,

enfaticamente: - A ARENA está perfeitamente unida e coesa em torno dos seus dois chefes: O Eminentíssimo senador Petrônio Portela, presidente do Diretório Regional e o dinâmico governador Alberto Silva[...] (DEPUTADO..., 1972, p. 3).

Vozes dissonantes ao governo eram menos frequentes dentro do jornal. Numa rara oportunidade em que vemos esse tipo de conteúdo, ele é publicado mediante o pedido direto do deputado Nogueira Filho, do MDB, conforme se evidencia na missiva enviada. O político denunciava um crescimento ilusório, irradiado através de Teresina, face ao atraso dos demais municípios, excluídos do projeto desenvolvimentista:

Não é preciso ser “*expert*” em política econômica para se chegar à dolorosa conclusão de que o Piauí não está se desenvolvendo, mas sim crescendo desordenadamente alguns dos seus centros urbanos, com o esvaziamento cada vez maior da zona rural. Aumenta o desemprego e o desespero, corrida da zona rural para as cidades. No Piauí, já se perderam muitas oportunidades de arrancar para o progresso porque os nossos Governadores foram incapazes de pensar e agir realisticamente. (DEPUTADO..., 1973, p. 1).

Embora o deputado Nogueira Filho, autor do texto, construa sua análise em uma posição crítica à política empregada pelo governo estado, essa forma de governar é constantemente retratada de forma positiva nos jornais. O próprio governador, Alberto Tavares Silva, enaltece o lugar de Teresina em seu discurso. Acontece, que o governador atribui à capital um valor simbólico, concentrando nela suas principais obras, mostrando seu alinhamento ao projeto nacional de eleger pontos de legitimidade e propaganda ao seu mandato.

No caso específico da capital piauiense, o governador Alberto Silva disse entender que a cidade, antes de qualquer outra do Estado, deve e pode representar, traduzir, ostentar o novo espírito de otimismo e de progresso do povo piauiense, frisando ainda que a capital pode e deve ser uma das mais importantes do Nordeste (ALBERTO..., 1972, p. 8).

O “novo espírito de otimismo” veiculado nas páginas do jornal *O Estado* conecta-se a uma narrativa analisada por Carlos Fico em âmbito nacional, onde “torna-se flagrante a intenção de ‘correção de rotas’, de se propor um ‘recomeço’, sem os erros cometidos até então (FICO, 1997, p. 38). Nesse sentido, o autor analisa o papel desempenhado pela imprensa para elevação de discursos que coadunavam os valores desejados pelo governo:

Viveu-se no Brasil uma expectativa modernizante, em grande medida amplificada pela propaganda chamativa, luxuosa (em geral encomendada), que a imprensa aprendia a praticar. A percepção de que aqueles cadernos especiais eram simplesmente comprados por governos ou empresas públicas

não é tão importante quanto a compreensão de que eles causavam efetivo impacto. Milhares de imagens de canteiros de obras, de radicais intervenções na paisagem natural, de construção de usinas, estradas e barragens foram divulgadas por todo o país através de revistas como a *Manchete*. E colaboravam para reinvenção do otimismo, para consolidar e re-significar a convicção que vivíamos uma época superadora do atraso (FICO, 1997, p. 85).

Essa narrativa de “superação do atraso” ganhou fortes contornos em matérias levadas a público no jornal que analisamos, geralmente, a partir da reprodução de falas de agentes políticos. Narrava-se um suposto processo de redenção do Piauí face ao atraso vivido no passado, ressaltando a confiança no progresso. Podemos observar esses aspectos na matéria que se refere à concessão do título de “Cidadão Piauiense” ao general Evandro de Sousa Lima, superintendente da SUDENE, onde também se torna evidente a articulação do jogo político em níveis estadual e federal.

Na sua recente visita a Terezina, onde foi receber o título de Cidadão Piauiense, o general Evandro de Sousa Lima, superintendente da Sudene, disse que aquele Estado representa hoje verdadeiro exemplo de otimismo e confiança no futuro, pois “fugiu à descrença e à passividade para integrar-se ao desenvolvimento nacional”. Na mesma ocasião, ao lembrar episódios da história colonial do Piauí confrontando-os com os esforços de hoje, declarou que o Estado aparece agora renovado e impaciente na sua transformação desenvolvimentista. Terminou dizendo, o Superintendente da Sudene, que “se não há mais dúvidas quanto à consolidação do processo de desenvolvimento como um todo, igualmente não se discute o futuro de prosperidade que se reserva ao Piauí” (COM..., 1974, p. 6).

Consideramos as obras públicas como uma via significativa na busca pela construção da legitimidade do regime militar, todavia, não bastava implantá-las, era providencial propagar o andamento dos projetos, numa narrativa que vinculava o Piauí aos quadros do progresso irradiados sobre a nação, em referência ao “milagre brasileiro”, como Cláudia Fontineles (2015) evidencia em sua pesquisa. Dessa forma, os jornais eram decisivos como aliados desse processo, um ponto de interseção que permitiria colocar em pauta os projetos em desenvolvimento para o alcance do público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, analisamos as narrativas harmônicas que permearam as páginas do jornal *O Estado* em articulação ao contexto social vivenciado. Os discursos políticos que se tornaram pauta do periódico reforçavam a ideia de “máxima discricção e maior cuidado” (KUSHNIR, 2012, p. 49.), quando mesmo ao publicar críticas frisava-se ser uma opinião particular, como na matéria solicitada pelo deputado Nogueira Filho.

Em suma, a pauta política tomava corpo como um complemento do discurso oficial, por vezes constituindo-se como um instrumento empregado para reforçar anseios do governo perante a narrativa social, tais quais “integração”, “otimismo”, “progresso” e “recomeço”.

Conforme observamos, o transcurso dos governos de Emílio Garrastazu Médici e Alberto Tavares Silva, em níveis federal e estadual, respectivamente, seriam marcados por uma intensa atividade propagandista, tendo na imprensa escrita um de seus principais expoentes. Os governantes carregavam um discurso de modernização e de progresso, através do qual reafirmavam a soberania da pátria e a emergência do estado a uma categoria superior a outrora estabelecida. Para tanto, eram recorrentes matérias que remetiam ao papel dos trabalhadores como elementos fundamentais na edificação da nova nação e aos líderes políticos como obstinados que conduziam o governo com sabedoria.

Essa atividade estava embutida num sistema maior, que contemplava práticas como a censura, a espionagem e uma polícia política, estruturadas como pilares para sustentação de um governo autoritário e repressivo. Nesse âmbito, o discurso empregado pela imprensa não era ingênuo e não pode ser lido fora de seu contexto histórico; ao contrário era atravessado por variados aspectos, e em recorrentes momentos foi moldado para colaborar com o sistema político em vigor.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA nacional divulgará o Piauí no Brasil Inteiro. Teresina: **O Estado**, 01 jan. 1972, p. 4.

ALBERTO desmente problemas com a prefeitura. Teresina: **O Estado**. 13 jan. 1972, p. 5.



ALBERTO instala órgão para embelezar Teresina. Teresina: **O Estado**, 4 fev. 1972, p.8.

ARENDDT, Hanna. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo; Duas cidades: Editora 34, 2013.

BRASIL. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais e dadas outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm> Acesso em 20/12/2019 às 8:30.

BRASIL. Decreto nº 1106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/6/1970, p.4521.

BRASIL. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946. Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 29/1/1946, p.1456.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm> Acesso em: 16/11/2019 às 11:00.

BRASIL. LEI Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 22/11/1968, p.10177.

COM um governo dinâmico, Piauí vive fase de progresso. Teresina: **O Estado**, 29 jan. 1974, p. 6.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



DEPUTADO diz que ninguém mais vai segurar o Piauí. Teresina: **O Estado**, 18 fev. 1972, p. 3.

DEPUTADO Nogueira: Piauí vai muito mal. Teresina: **O Estado**, 13 jan. 1973, p. 1.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4, 2ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FONTINELES, Cláudia Cristina da. **O Recinto do Elogio e da Crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

MOTTA, Rodrigo Pato; REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

NOVO Governo. Teresina: **Estado do Piauí**, 18 mar. 1971, p.2

PETRÔNIO: no Piauí se aprende lição de brasilidade. Teresina: **O Estado**. 13 jan. 1972, p. 3.

PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Luís Sérgio. **Intimorata: a saga do Jornal O Estado, de José Martins Rodrigues a Venelouis Xavier Pereira**. Fortaleza: Omni Editora, 2016.



SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado**: O consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TVS de Brasília vão apresentar documentário mostrando o Piauí. Teresina: **O Estado**, 05 jan. 1972, p. 6.

Original recebido em: xx xxxxxxxx xxxx

Aceito para publicação em: xx xxxxxxxx xxxx

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política). Doutora em História (UFPE, 2009), Mestre em Educação (UFPI, 2003). Especialista em História Sociocultural (UFPI, 1999) e Especialista em História Política Contemporânea (UESPI, 2001). Licenciada em História (1998) e Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Memória, História Política, História e Mídia, História e Cidade, História dos Esportes, História da Educação, Ensino de História, entre outros temas. Membro do Núcleo de Pesquisa: Cidade, Tempo e Espaço e do Núcleo de Pesquisa em História e Educação.

Carlos Alberto de Melo Silva Mota

Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2021). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2017), onde atuou junto ao Programa de Educação Tutorial (PET) e ao Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV). Desenvolve estudos sobre as seguintes áreas: História e Imprensa, História e Memória, História Política e História Cultural.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

